

Gestos decoloniais na edição: a coleção “De lá pra cá” da Mazza Edições¹

Letícia Santana Gomes²

Paula Renata Moreira³

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG

Resumo

O presente artigo visa apresentar a coleção “De lá pra cá”, da Mazza Edições (Belo Horizonte), a partir da ideia de “gesto decolonial”. Para tanto, as capas e títulos das publicações serão examinados em um modelo de análise transversal. Para ancorar a investigação, faz-se uso do conceito de “edição de si” (Santana Gomes, 2022), bem como de decolonialidade (Quijano, 2005; Mignolo, 2017; Vergès, 2020). Como resultado apresentam-se as ambiguidades do projeto da coleção, bem como a sugestão de uma agenda decolonial para o campo da edição.

Palavra-chave: Coleção “De Lá pra cá”; Mazza Edições; gesto decolonial; decolonialidade; Edição de si.

Primeiras linhas de um acervo decolonial

A Mazza Edições, primeira editora de registro de publicações afro-brasileiras, conta há mais de uma década com a coleção “De lá pra cá”, cujas publicações, adaptadas por Cristina Agostinho e Ronaldo Simões Coelho, com ilustrações do artista Walter Lara, versam sobre a cultura brasileira a partir de uma matriz europeia. Trazendo releitura dos contos clássicos, apresentam personagens e elementos reconhecidos como tipicamente brasileiros, ambientados nas diversas regiões do país, integrados aos elementos característicos da fauna, flora e cultura nacionais. Esta coleção se inscreve dentro de um projeto político e ideológico que Mazza — pessoa física e jurídica — sustenta há mais de quarenta anos. A coleção “De lá pra cá” busca evidenciar diversidade cultural, política e linguística, um dos fundamentos das práticas decoloniais no campo da edição. É por esse propósito, primordialmente, que decidimos trazer tal coleção para análise.

¹ Trabalho apresentado no GP Produção Editorial, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Estudos de Linguagens pelo CEFET-MG. Professora substituta do curso de Letras — Edição da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. E-mail: leticiasantanag@gmail.com.

³ Doutora em Estudos Literários pela UFMG. Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do CEFET-MG. E-mail: rmoreira@cefetmg.br.

Dentre os critérios de escolha para a editora e a coleção “De lá pra cá” está a “bibliodiversidade”⁴ (Muniz Jr., 2016; Colleu, 2007), na medida que entendemos que tais publicações mobilizam elementos que contribuem para a diversidade de produções disponíveis ao público que a editora conserva e atrai. Outro ponto fundamental que direciona nossa atenção relaciona-se à localização de tal casa editorial, em um projeto longo, fora do eixo Rio-São Paulo, outro critério de bibliodiversidade pelo viés geopolítico. Assim, pretende-se indagar: como a coleção “De lá pra cá” configura gestos decoloniais efetivos na prática editorial, bem como deixar entrever tensões a esse respeito?

A editora e a edição de si

A Mazza Edições surge a partir de um posicionamento, utopia e ineditismo de Maria Mazarello, uma das mulheres-editoras-independentes pioneiras no Brasil com publicações voltadas à diversidade racial, no nicho de publicações afro-brasileiras. Mazza é mulher, negra, pobre e enfrentou barreiras que são fortemente descritas durante diversas entrevistas⁵. A história da Mazza Edições caminha de modo indissociável da vida íntima e privada de sua editora, cujo apelido nomeou a casa editorial, um dos traços de uma “edição de si”. Tal conceito, utilizado na tese de Santana Gomes (2022), está atrelado a uma hipótese de convergência entre discurso editorial e as publicações realizadas pelas mulheres-editoras-independentes – em maior ou menor grau –, que foram constituindo seus catálogos. Há uma tentativa de coerência entre discurso e ação, nem sempre com práticas totalmente conexas, mas condizentes com suas políticas editoriais, como uma identidade da casa publicadora — um trabalho em processo. Nesse sentido, como advoga Carolina Fenati, “Quando se escreve sobre a própria condição, não há maneira de estar fora” (2024, p. 8) — quando se edita a própria condição também se ocupa de dentro tal lugar.

⁴ Termo cunhado por editores do Chile, ancorado no termo “biodiversidade”, porém atrelando-o ao campo do livro. Em palavras rápidas, indica a diversidade na produção e circulação de livros como contraponto ao fazer das grandes corporações editoriais de capital transnacional. O conceito, entre outros pesquisadores, é desenvolvido por Susan Hawthorne, cujo livro foi traduzido para o português e lançado em parceria pelo LABED (UFMG) e pela LED (CEFET-MG) em 2024. Está disponível gratuitamente em <<https://www.led.cefetmg.br/bibliodiversidade-2/>>

⁵ No Trabalho de Conclusão de Curso (2015) e na Dissertação de Mestrado (2018) de Letícia Santana Gomes, foram realizadas entrevistas com Maria Mazarello. Nesta pesquisa, utilizamos dados dessas coletas.

Acreditamos, portanto, que o sintagma “edição de si” acompanha incompletudes nos diversos sentidos discursivos, memorialísticos e editoriais, já que não há um catálogo pronto, há tentativas de um percurso e de livros a serem feitos, de edições constantes e inacabadas – de si, da casa editorial, de ambas. Nessa “personificação” entre projeções, essa “edição de si” é conceito “guarda-chuva” para ancorar um processo que evidencia a incompletude do ser e da instituição — constituídos, ao mesmo tempo, por potências, incoerências e ambiguidades.

Inquietações decoloniais

Um dos objetivos da discussão aqui proposta é o de trazer questionamentos sociais e políticos ao campo editorial, ou seja, subjaz à proposta a percepção de que o campo da edição refrata tensões e demandas do mundo social, repercutindo-as em maior ou menor medida em suas publicações. Assim, indaga-se: de que forma é possível pensar gestos decoloniais nas práticas editoriais? Existe uma prática editorial decolonial, no sentido de evidenciar as minorias? Estão sendo editadas obras que oferecem aos leitores reflexões contra-hegemônicas? O que, nas edições como índices da prática decolonial, se apresenta como rasura?

Acreditamos que tais questões, de certa forma, podem ser observadas a partir de produções como a coleção “De lá pra cá”, não apenas como espaço de publicação, mas como agente de transformação cultural. Evidencia-se, também, a edição potencializando os campos de disputa e criação de sentidos, nos quais é possível construir outras formas de mediação de leitura e de circulação de tal publicação no mercado de bens simbólicos. A partir de um gesto ético-político, a Mazza Edições afirma a centralidade da experiência negra e afro-brasileira na formação da literatura brasileira contemporânea — no caso em análise, no seu extrato direcionado ao público infantil —, contribuindo para o fortalecimento de uma ecologia de saberes e práticas de edição insurgentes. Além disso, esta coleção se insere em um movimento mais amplo de descolonização dos saberes e das práticas editoriais, mas também assume desafios e contradições.

Nesse sentido, para abordarmos uma visão decolonial, é necessário, de antemão, atentar para as constantes mudanças históricas que proporcionam outra visão epistêmica. Por meio de Franz Fanon (2020), Françoise Vergès (2020) e outros/as, os estudos decoloniais começaram a ser incorporados no pensamento dito universal, no

entendimento da “decolonialidade” como um processo histórico, de independência de mentalidade, de lutas não apenas contra o colonialismo, mas contra a colonialidade, por libertação nacional e mesmo transnacional. É, sobretudo, a luta por uma descolonização das instituições, dos saberes, das ideologias, dos afetos. Questões atravessadas pela ideologia colonial (poder, binarismos, gênero, racialização, epistemes em geral) são trazidas à tona pela perspectiva decolonial.

Reforçamos a contribuição epistêmica desenvolvida pelo peruano Aníbal Quijano (2005), que aborda questões de fundo sobre a decolonialidade. Para isso, partimos do entendimento do que se entende por tal conceituação:

[...] esse conceito pode ser explicado a partir do entendimento de que com o fim do colonialismo como constituição geo-política e geo-histórica da modernidade ocidental europeia, a divisão internacional do trabalho entre centros e periferias, assim como hierarquização étnico-racial das populações e a formação dos estados-nações na periferia, não se transformou significativamente. O que acontece, ao contrário, é uma transição do colonialismo moderno à colonialidade global. (CURIEL, 2020 *apud* HOLANDA, 2020, n.p.).

A partir dessa colocação, entende-se a decolonialidade como um conceito que oferece alguns pontos a serem destacados: o principal é o de que as práticas coloniais se mantiveram em suas várias instâncias, ainda que superada a colonização de fato; é também um lembrete de que a colonialidade permanece de forma explícita ou latente, mesmo após conquistas políticas de “independência”. Dessa forma, o conceito de decolonialidade vem para persistir em um ambiente de luta e resistência às várias formas de poder, emblematizadas em epistemicídios, homogeneizações, desvalorização de diversas culturas e racismo estrutural.

A coleção “De lá pra cá”

Desde 2012, a Mazza Edições publicou oito títulos da Coleção “De lá pra cá”. Como consta no catálogo da editora e nas quarta-capas dos livros:

Era uma vez uma linda princesa... Era uma vez um príncipe encantado que vivia num lindo castelo... Assim começa a maioria dos contos de fadas clássicos, que alimentam a fantasia infantil geração após geração. Porém, pelo fato de seus criadores serem europeus, desde as suas primeiras publicações no Brasil, estabeleceu-se o pressuposto dos personagens brancos. Já nas capas e ilustrações, que constituem o primeiro elemento de

aproximação entre a criança e o livro, entrevemos a entrada num universo que privilegia esse segmento étnico e, a partir daí, as próprias escolas que adotam esses livros integram e perpetuam essa preponderância, que afeta diretamente a autoestima das crianças não brancas. Mas... e se Perrault, Andersen e Grimm tivessem nascido no Brasil? Como seriam os seus contos? É sob essa perspectiva que Ronaldo Simões Coelho e Cristina Agostinho, com sua larga vivência na literatura infantil, recontam essas histórias, ambientando-as nas diversas regiões do nosso país, transformando personagens que nada têm de brasileiros em seres com nosso rosto e nossa pele, enfrentando monstros e bruxas do nosso imaginário cultural. Ler os livros desta coleção é reimaginar a fantasia dentro da fantasia, sem perder o encantamento da tradição.



Fonte: Catálogo Mazza Edições, 2024.

A descrição sobre a coleção está presente no catálogo de 2024 disponibilizado pela editora, e reforça, de certo modo, o movimento decolonial proposto por Mignolo (2017) e Vergès (2020), ao tentar romper com uma narrativa composta apenas por personagens brancos, em cenários europeus, sem diversidade étnico-racial, fazendo uso de gêneros canonizados e bem aceitos de um modo geral. Até o ano de 2025, foram publicadas as seguintes obras: *Rapunzel e o Quibungo* (2012); *Joãozinho e Maria* (2013); *Afra e os três lobos-guarás* (2013); *Cinderela e Chico Rei* (2015); *O Pequeno Polegar* (2019);

Chapeuzinho Vermelho e o boto-cor-de-rosa (2020); *A Pequena Sereia* (2022) e *O flautista do Cariri* (2024).

Em livros de 24 páginas, medindo 18 x 26 cm, a materialidade, exceto pelas dimensões citadas, apresenta-se de modo mais convencional. Todavia, avultam nesse item as ilustrações, que põem em foco protagonistas negros, cuja caracterização ocorre de forma ambígua: ao mesmo tempo que denotam características raciais também encarnam os personagens da tradição oral europeia. Em termos tanto de ilustrações quanto de enredo, há reformulações temáticas e culturais agindo em consonância com a narrativa clássica.

Seus títulos operam em intertextualidade, com intervenções em maior ou menor grau: a maior parte deles é rapidamente reconhecível por conhecedores da tradição das narrativas orais europeias. Se não, vejamos: *O Pequeno Polegar* e *A Pequena Sereia* não promovem nenhuma modificação no nome da obra. *Joãozinho e Maria*, por sua vez, apenas introduz um diminutivo, sendo plenamente recuperável a narrativa da qual é adaptado. Já *Rapunzel e o Quibungo*; *Cinderela e Chico Rei*; *Chapeuzinho Vermelho e o boto-cor-de-rosa* e *O flautista do Cariri* utilizam os títulos originais, adicionando-lhes um elemento autóctone, seja da mitologia afro-brasileira, da fauna ou geografia nacionais. *Afra e os três lobos-guarás*, entretanto, é o que promove maior modificação, posto que apenas pelo título ou capa torna-se impossível entender sua origem — é a sinopse que irá revelar a relação com *Cachinhos dourados*.

As capas, por seu turno, como podemos ver na figura anterior, quase não trazem referências aos contos de fada em que se baseiam. *A Pequena Sereia*; *O flautista do Cariri*; *Joãozinho e Maria* e *Rapunzel e o Quibungo* portam apenas indícios que remetem às narrativas tradicionais — figuras marinhas, uma flauta, doces e longos cabelos, respectivamente. Somente *Chapeuzinho Vermelho e o boto-cor-de-rosa* traz uma representação mais marcada em referência à intertextualidade. Na capa, uma menina negra porta um capuz vermelho, tal qual a garota da historinha infantil em que se inspira.

Mantêm-se, nessas obras, a estrutura básica do conto de fadas: personagens centrais, desenvolvimento narrativo, peripécias, influência do maravilhoso, existência de antagonistas, clímax bem definido e finais felizes ou em aberto, tais quais os das histórias em que se inspiraram, o que favorece o reconhecimento dos contos originais, trazendo um imaginário já conhecido por parte do público infantojuvenil. Todavia,

mudanças qualitativas que introduzem os elementos brasileiros são adicionadas. O príncipe é substituído pelo Quibungo ou por Chico Rei. Aparece como antagonista de Chapeuzinho o Boto-cor-de-rosa. As descrições são feitas na Lagoa do Abaeté ou no Rio Negro, por exemplo, o que permite pensar num movimento e gesto decolonial que começa a tentar se restabelecer no cenário editorial, mas que ainda não se efetiva em sua integralidade.

Nesse sentido, certas ambiguidades ou dissonâncias se imiscuem na proposta. Em um projeto para valorizar a presença negra, as autorias das adaptações e ilustrações serem de pessoas brancas não deixa de ressoar algo incômodo. Índice de perpetuação implícita de alguma colonialidade? Para além disso, é lícito indagar-se qual a valia de aclimatar narrativas europeias em solo nacional, se tal movimento já fora feito anteriormente em maior ou menor medida por produções em nada ligadas a posturas decoloniais. À primeira vista, pode parecer um gesto redundante. Todavia, o valor de tal gesto, que postulamos como decolonial, reside menos no conteúdo e mais na perspectiva de releitura crítica e ampliação da representatividade. Como apontam Courtney Cadzen et al.,

Em alguns sentidos, a invasão da mídia de massa e o consumismo zombam da diversidade de suas mídias e canais. Apesar de toda a diferenciação subcultural dos nichos de mercado, não é oferecido muito espaço no mercado infantil que reflita a verdadeira diversidade entre crianças e adolescentes. (CADZEN et al., 2021, p.29)

Nosso questionamento busca saber de que forma a mudança de um personagem ou cenário em narrativas que são brancas em sua origem possa indicar de fato uma apropriação criativa e combativa da tradição europeia ou apenas um reforço da potência desse cânone em nossas terras. Tais questões portam ambiguidades permanentes. Se, por um lado, a deglutição da tradição traz, desde Oswald de Andrade e os antropófagos, um posicionamento de insurreição, por outro, também fortalece a penetração de tal herança. Não seria mais potente afirmar, por exemplo, as narrativas de África e afro-brasileiras — seus modos de contar com marcas da oralidade; seus personagens arquetípicos, a própria e complexa estrutura narrativa, que conjuga o tempo de maneira diversa?

Não pretendemos dar resposta unívoca para tais questões, mas tensioná-las, explicitando-lhes os pontos nevrálgicos. Entendemos, portanto, que não se trata de um “OU”, mas de um “E”. Em que pese ser fundamental estimular a convivência dos

jovens leitores com outros modos narrativos que bebam diretamente das tradições afro-brasileiras, é preciso também atrair esses leitores — o que pode, muitas vezes, ser feito por meio de uma narrativa conhecida e legitimada, ampliando as representações negras, com objetivo de também potencializar a representatividade. Nesse sentido, aproximar os contos de fada clássicos da experiência negra, introduzindo-lhes nomes, cenários e costumes, pode ser mais do que apenas uma atividade ilustrativa, mas uma forma de penetrar em terreno já conquistado para daí traçar novas plataformas.

Sob tal perspectiva, compreendemos o projeto “De lá pra cá” como gesto decolonial, posto que, ainda que não se firme completamente como uma proposta disruptiva, dadas suas ambiguidades, acena com uma promessa de novas inserções. Parte disso já se efetiva quando observamos, a partir das informações do catálogo, que dos oito livros publicados, seis foram selecionados em programas de distribuição e de circulação de incentivo à leitura nas escolas de âmbito federal, estadual e municipal. Tal inserção em políticas institucionalizadas de leitura indica um caminho promissor, posto que indicia circulação, alcance e acesso às narrativas que propõem deslocamentos culturais e raciais. No entanto, para que o gesto decolonial se amplifique, é necessário também que essas produções tensionem as formas narrativas, os regimes de autoria e os critérios de validação estética que historicamente excluíram vozes e modos de contar não alinhados ao cânone branco-ocidental.

Uma agenda decolonial na *práxis* editorial⁶

Para isso, e à guisa de conclusão, levantamos algumas questões que nos ajudam a apontar em que medida o mercado editorial poderia auxiliar na busca por um lugar a se chegar, no sentido de intervenções, gestos e práticas decoloniais. Assim como discutido em Santana Gomes (2022), propomos que, do gesto, parta-se para uma *agenda* decolonial, no sentido de ampliar as possibilidades de deslocamento aos quais os gestos fazem menção. Nesse sentido, como agenda, é importante atentar para as estratégias de localidade ressaltada — livros com identidade local; equidade de autores/autoras publicadas, bem como de suas composições étnico-raciais, sexuais e regionais — ampliando os espaços de repercussão de vozes subalternizadas; temáticas

⁶ Parte dessas discussões encontram-se na tese *Mulheres-editoras-independentes e as edições de si* (2022).

contra-hegemônicas em diálogo com as urgências do Sul Global, bem como gêneros discursivo-editoriais não legitimados; produção autossustentável; pluralidade linguística; cadeia editorial abrangente, diversa, com modelos de trabalho não precarizados, entre outros pontos de interesse.

Em consonância às questões trazidas pela pesquisadora Alice Oliveira (2021, p. 195), apesar de se referir a um contexto de edição de livros exclusivamente indígena, é necessário repensar o modo de se fazer livros de qualquer natureza. Afinal, não modificar “[...] as práticas profissionais de quem os produz é manter dissociadas as nossas palavras e nossas ações. Associá-las será, muito provavelmente, transformar a edição em um trabalho coletivo de pesquisa que se reinicia a cada livro”.

Dessa forma, há uma necessidade, por um lado, de se mapear e expor as lacunas do campo editorial, posto que esse campo ocupa uma posição simbolicamente dominante, por vezes reproduzindo estereótipos. Por outro lado, há também um espaço a ser reinventado, realinhado, tal como observamos em certas casas editoriais que se projetam independentes, como nossa editora do recorte, a Mazza Edições. Lançar um olhar aos discursos de minorias, no caso especificamente os antirracistas, é instrumento de resistência às medidas homogeneizantes que persistem no cenário editorial.

Apesar das contradições, ambivalências e dicotomias comuns ao campo editorial, “editar” é ferramenta de resistência; “editar a si, editar o mundo” são potências para reexistir. Editar livros, principalmente em uma perspectiva decolonial independente, como um lugar a se chegar, é possibilitar a extensão da memória, da imaginação, é propor a bibliodiversidade a uma sociedade, que dela pode extrair modos diferentes de apreender o mundo e devolver a ele ações mais equânimes.

Referências

CADZEN et al. **Uma pedagogia dos multiletramentos**. Desenhando futuros sociais. (Orgs. Ana Elisa Ribeiro e Hércules Tolêdo Corrêa; Trad. Adriana Alves Pinto et al.). Belo Horizonte: LED, 2021.

COLLEU, Gilles. **Editores independentes**: da idade da razão à ofensiva? Trad. Márcia Atália Pietroluongo. Rio de Janeiro: Libre – Liga Brasileira de Editoras, 2007.

FANON, Frantz. **Alienação e liberdade**. Escritos psiquiátricos. São Paulo. UBU Editora: 2020.

FENATI, Carolina. **Enquanto**. Belo Horizonte: Edições Chão da Feira, 2024.

HAWTHORNE, Susan. **Bibliodiversidade**: um manifesto pelas edições independentes. Belo Horizonte: LABED; LED, 2024.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar, 2020.

MIGNOLO, W. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. Traduzido por Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2017, p. 1-18.

MUNIZ JR., José de Souza. **Girafas e bonsais**: editores “independentes” na Argentina e no Brasil (1991-2015). 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3EPJIEs>. Acesso em: 3 nov. 2022.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

OLIVEIRA, Alice Bicalho de. **Fábrica da Floresta [manuscrito]**: a edição de livros indígenas como prática orgânica. 2021. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SANTANA-GOMES, L. Mulheres-editoras-independentes e as edições de si. 2022. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagens) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Trad. Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020.